

**OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A ENGENHARIA CONSULTIVA NO BRASIL:
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE**

João Luiz Kuperman Garcia

Consultor do Programa Diagnóstico, Perspectiva e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, do Ipea.

Este texto apresenta as principais análises e conclusões do estudo conduzido pelo Ipea, cujo objetivo é retratar a situação do segmento de engenharia de projetos associados à infraestrutura de transporte no Brasil. O estudo visa avaliar as oportunidades e os desafios para o fomento ao setor de engenharia e fornecer contribuições relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas e estímulo ao setor de infraestrutura de transporte no Brasil.

A posição de destaque dada recentemente à infraestrutura de transportes em iniciativas públicas e privadas é ratificada pelos resultados de mapeamento das perspectivas de investimentos no setor para os próximos anos. Espera-se que, no quadriênio 2013-2016, os investimentos em transportes cheguem a R\$ 179 bilhões (sendo o segmento ferroviário o principal vetor destes novos aportes), um crescimento de 123% em relação aos R\$ 80 bilhões do período 2008-2011. Apenas como comparação, o crescimento dos investimentos para os setores de energia elétrica, telecomunicações e saneamento foram, respectivamente, 3%, 20% e 23%.

Apesar dos avanços recentes obtidos pelo Brasil nos investimentos em infraestrutura de transportes, o setor permanece como um dos mais relevantes entraves para o desenvolvimento e a competitividade do país, carecendo ainda de mais investimento. O Brasil, até este momento, investe pouco em infraestrutura de transporte, se comparado a outros países em desenvolvimento: o investimento público em infraestrutura de transporte no Brasil em 2010 foi apenas 0,36% do produto interno bruto (PIB) – este valor sobe para 0,56% do PIB se forem considerados também os investimentos privados –, muito abaixo das porcentagens verificadas em outros países emergentes, como China, Índia e Rússia (10%, 8% e 7%, respectivamente).

Visando entender as principais questões a serem resolvidas para viabilizar e agilizar os investimentos no setor e reunir subsídios para a formulação de políticas

públicas, foram conduzidas entrevistas com executivos em posições-chave em organizações públicas e privadas atuantes no segmento de engenharia de projetos ligados à infraestrutura de transporte, sejam estes contratantes dos serviços, sejam fornecedores (ofertantes).

As principais questões apresentadas, sob a ótica dos gestores entrevistados, foram:

- escassez de mão de obra qualificada, gerando alta rotatividade de profissionais e inflação de salários;
- dificuldade na “importação” de mão de obra estrangeira;
- alto custo de treinamento;
- baixa previsibilidade da demanda, gerando dificuldade de planejamento interno;
- legislação inadequada para a contratação de serviços e marco regulatório para concessões incipiente;
- pouca importância dada à fase de engenharia nos editais e antecipação de etapas para agilizar a execução;
- escopo mal delineado dos projetos e editais de contratação pouco específicos;
- conflito no relacionamento com órgãos de controle;
- alto risco associado ao licenciamento ambiental;
- alta rotatividade de servidores em cargos técnicos;
- tabela de referência de custos subdimensionados;
- projetos nacionais pouco integrados; e
- pouca integração das empresas com as universidades.

O trabalho também apresenta propostas dos entrevistados para políticas públicas e ações governamentais que poderiam ser implementadas para alavancar o desenvolvimento do setor de serviços de engenharia com foco em infraestrutura de transportes. As principais propostas foram:

- alterar a legislação e os marcos regulatórios, reduzindo a burocracia e fortalecendo os instrumentos legais para agilizar os processos de contratação de serviços de engenharia;
- desenvolver uma política educacional que fortaleça o ensino (básico e superior) e estimule a formação de engenheiros e técnicos;
- desenvolver instrumentos que fortaleçam o processo de planejamento da infraestrutura nacional de médio e longo prazo;
- fortalecer o modelo de gestão em instituições públicas, visando ao aumento da eficiência dos processos licitatórios e à melhoria da qualidade dos projetos de engenharia ligados à infraestrutura de transporte;
- fortalecer a integração entre ações públicas e privadas, com maior aplicação de mecanismos relacionados às parcerias público-privadas (PPPs); e
- desenvolver políticas públicas focadas no segmento de engenharia de projetos, visando fortalecer especificamente as empresas nacionais.

SUMÁRIO EXECUTIVO